

Em Busca Do Grande Uno: Hartmut Esser e o modelo Macro-Micro-Macro como síntese final da teoria sociológica.

In Search Of The One: Hartmut Esser and the Macro-Micro-Macro model as the final synthesis of sociological theory.

Carlos Eduardo Sell¹

Resumo

O artigo examina criticamente o modelo explicativo de múltiplos níveis de Hartmut Esser. Após apresentar as características principais de sua teoria [1. Lógica da situação, 2. Lógica da ação e 3. Lógica da agregação e da transformação], discute-se a tentativa de Esser em integrar a teoria da ação social com a teoria da prática social em um único modelo denominado de *Frame Selektion*, bem como sua utilização de elementos da teoria dos sistemas. Apesar dos problemas e limites da teoria de Esser, argumenta-se que o modelo "macro-micro-macro" representa uma importante plataforma meta-teórica para a análise comparativa de paradigmas sociológicos.

Palavras-chave: Teoria sociológica. Hartmut Esser. Escolha racional. Ação social. Práticas sociais. Sistema.

Abstract

This article examines critically Hartmut Esser's multilevel explanatory model. After presenting the main characteristics of his theory [1. Logic of the situation, 2. Logic of the action and 3. Logic of the aggregation and the transformation], it is discussed the attempt of Esser in integrating the theory of the social action and the theory of the social practice in a unique model denominated *Frame Selektion*, as well its use of elements of systems theory. Despite the problems and limitations of Esser's theory, it is argued that the "macro-micro-macro" model represents an important meta-theoretical platform for the comparative analysis of sociological paradigms.

Keywords: Sociological theory. Hartmut Esser. Rational choice. Social action. Social practices. System.

¹ Doutor em Sociologia Política (UFSC) e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil). E-mail: carlos.sell@ufsc.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3281-7045>

Em um cenário teórico cada vez mais plural e fragmentado, alcançar projeção mundial, como é o caso de Jürgen Habermas (1981) e Niklas Luhmann (1984, 1997), não é pouco. Tais autores, ao mesmo tempo em que estão profundamente ancorados na tradição teórica alemã de pensamento social são, por outro lado, produtos globais: eles transcendem o espaço nacional da Alemanha e constituem parte do repertório geral da sociologia contemporânea. Mas, não só de Habermas (secundado atualmente por Axel Honneth) e de Luhmann vive a teoria sociológica de língua alemã e há muito a polaridade teoria crítica *versus* racionalismo crítico [equivocadamente compreendido como positivismo] perdeu a centralidade que um dia já teve.

Caso esse ainda fosse o cenário, seríamos obrigados a aceitar, gostando ou não, que o grande vencedor deste embate, pelo menos na sociologia, acabou sendo a teoria dos sistemas autopoieticos. Não é de hoje a advertência a respeito do *déficit* sociológico da chamada teoria crítica da Escola de Frankfurt (HONNETH,1992) que, na prática, deixou de ser sociológica e acabou migrando para o campo epistemológico da filosofia política, esvaindo-se na rarefeita teoria social *normativa*. Não que a comunidade sociológica alemã tenha se tornado predominantemente adepta da teoria dos sistemas, mas não há como negar que Luhmann é hoje a principal referência alemã quando o assunto é a teoria *sociológica*. Aliás, não são poucos os que já notaram o quanto a própria teoria crítica deve hoje à noção de sistema, elemento que reforça ainda mais nosso argumento.

Mas, nem apenas Luhmann, nem apenas Habermas. A teoria sociológica produzida hoje na Alemanha é bem mais plural do que este quadro sugere: eis a premissa central deste trabalho. Ao lado da produção internacionalmente reconhecida dos autores acima, uma análise mais acurada do campo acadêmico germânico revela que encontramos nele diversas outras propostas teóricas que disputam a atenção em sua consolidada tradição de teoria social (KRON, 2010). Uma das mais importantes e influentes é a versão da teoria da escolha racional de Hartmut Esser (2003), que será o foco deste artigo. Além de apresentar sua teoria, meu objetivo consiste em discutir criticamente o esforço de Esser por integrar na plataforma da escolha racional linhas teóricas tradicionalmente consideradas opostas a este modelo.

Seguindo essa estratégia de integração, ele acredita poder superar duas antinomias presentes na teoria sociológica: a oposição entre conduta reflexiva [teoria da ação] e pré-reflexiva [teoria da prática social], por um lado; e a oposição entre teoria da ação e teoria dos sistemas, por outro. De que modo a absorção de teorias adversárias no seu modelo confere uma singular particularidade ao trabalho de Esser no conjunto da escolha racional? Em que medida esta síntese teórica pode ser considerada como bem sucedida, quer dizer, até que ponto ela satisfaz logicamente os objetivos a que se propõe? Estas serão algumas das perguntas guias que procuro responder ao longo deste artigo, o que me permitirá, adicionalmente, refletir sobre alguns dilemas centrais da teoria sociológica contemporânea. Mas, antes de passar a essas questões, gostaria de fazer duas observações preliminares.

A primeira, de caráter *sistemático*, recorda apenas que teoria sociológica será compreendida aqui (KNEER; SCHROER, 2009; SELL; DE PAULA JUNIOR, 2016) como o conjunto das teorizações globais que dizem respeito a natureza da vida social em geral [*Sozialtheorie*] ou da sociedade moderna em particular [*Gesellschaftstheorie*]. Não me refiro, portanto, ao inúmero conjunto de teorias de médio alcance que dizem respeito à aspectos específicos da vida social, como poder, mercado, classe social, família, tecnologia, etc.. Caso adotasse esta última acepção, um exercício de síntese sobre o que é produzido teoricamente, hoje, na Alemanha, seria praticamente impossível.

A segunda observação é de caráter *histórico* e representa um pequeno excursus. Ocorre que a busca por uma visão que releia a história da sociologia da Alemanha para além da grade dualista e redutora positivismo *versus* teoria crítica é hoje uma tendência cada vez mais forte entre os analistas sociais que refazem o percurso intelectual desse país (BUDE, 2002; FISCHER, 2006). Eles têm se esforçado em propor uma visão histórico-social cada vez mais abrangente e complexa do desenvolvimento da sociologia alemã no pós segunda-guerra. Nesta linha, vem se firmando a tendência de identificar outros pólos e núcleos de desenvolvimento teórico que tiveram fundamental influência no desenvolvimento do perfil da sociologia alemã.

Stephan Moebius (2015 e 2019), por exemplo, mostrara que se formos reconstruir a história da sociologia alemã em termos de controvérsias, além daquelas que marcaram a sociologia no seu período de fundação (como a controvérsia sobre os valores [Weber] e sobre o conhecimento [Karl

Mannheim]), além da já conhecida controvérsia sobre o positivismo, teríamos que incluir ainda a controvérsia sobre o conceito de papel social [Ralf Dahrendorf], sobre os métodos comparativos na análise teórica, a anti-sociologia [René König, Helmut Schelsky e Friedrich Tennbruck], a oposição modernidade *versus* pós-modernidade, diferenciação funcional *versus* desigualdade social e, mais recentemente, entre representantes do construtivismo e do pós-construtivismo (ALBERT; SIGMUND, 2011).

O trabalho desses dois autores, ainda que não se pretenda uma ampla descrição histórica, já nos fornece a pista para identificarmos os principais núcleos de pensamento sociológico que foram se erigindo na Alemanha à medida que o imediato pós-guerra foi sendo transposto. Ao lado da Escola de Frankfurt, cuja predominância na sociologia alemã a partir dos anos 70, de fato, não pode ser negada, não podemos deixar de considerar também a existência de outras escolas sociológicas (DAHRENDORF, 1960; LEPSIUS, 1979). A primeira destas escolas possui sua raiz na sociologia formal de Leopold Von Wiese e organizou-se em torno da liderança de René König, que propunha uma sociologia empiricamente orientada. A segunda possui suas raízes na antropologia filosófica e na crítica da técnica, e seus principais representantes foram Arnold Gehlen e Helmut Plessner. Essa vertente terá continuidade com a fundação do Instituto de Sociologia de Münster, por parte de Helmut Schelsky, e seguirá adiante com a ida de Niklas Luhmann para aquela que é, ainda hoje, a única Faculdade de sociologia da Alemanha (na Universidade de Bielefeld).

A conclusão que este pequeno excursus histórico nos deixa, e que julgo ser de não menos importância para meus propósitos, é que, assim como o passado da teoria sociológica alemã é muito mais *plural* do que costuma ser apresentado, podemos dizer o mesmo do seu presente. Existem muitas outras versões de teoria sociológica circulando no campo acadêmico da Alemanha e, a despeito de menos conhecidas internacionalmente, elas não são menos importantes e sofisticadas. Estou convencido que a versão da escolha racional elaborada por Hartmut Esser é uma delas.

Para demonstrar quais os motivos que me levam a sustentar esta proposição, a primeira parte deste artigo descreve os eixos fundamentais da sua teoria e demonstra como Esser utiliza o modelo *macro-micro-macro* de análise sociológica para acoplar elementos de outras tradições sociológicas na vertente da escolha racional. Em seguida, reviso algumas das principais críticas que seu trabalho recebeu e destaco em que medida, apesar dos seus limites, as tentativas de Esser nos colocam frente a

desafios centrais da teoria sociológica contemporânea. Nas considerações finais indico algumas lições que podemos extrair da estratégia de integração teórica elaborada por Esser.

O Modelo de Explicação Sociológica de Múltiplos Níveis

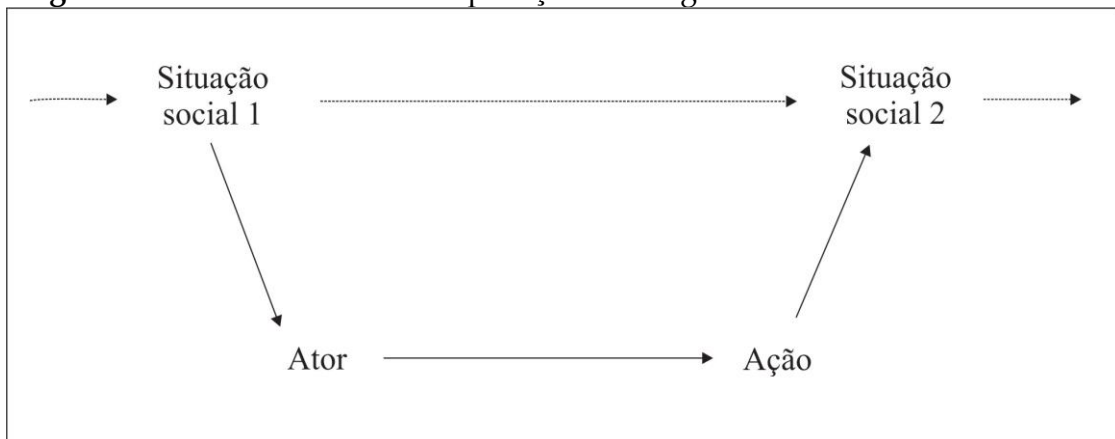
A obra teórica de Hartmut Esser impressiona, em primeiro lugar, pela sua amplitude e envergadura. Após a redação de um livro seminal intitulado *Soziologie: allgemeine Grundlagen* [Sociologia: fundamentos gerais], escrito em 1993, o professor da Universidade de Mannheim desdobrou sua teoria em mais seis volumes que tratam, respectivamente, da lógica da situação (ESSER, 1999), da ação social (ESSER, 2000a), oportunidades e restrições (ESSER, 2000b), instituições (ESSER, 2000c), sentido (ESSER, 2000d) e cultura (ESSER, 2001). Trata-se, portanto, de uma obra sistemática e abrangente, de não menos densidade e complexidade, e que desencadeou um intenso debate teórico (HILL, 2009). À primeira vista, a proposta deste autor parece ser apenas a continuidade do individualismo metodológico da escolha racional e, embora tal afirmação não deixe de ser verdadeira, também não seria menos correto designar sua teoria como uma interpretação própria e original desta vertente.

O ponto de partida da teoria de Esser é o denominado “Modelo de múltiplos níveis”, cujas bases encontramos em David MacLelland (1961) e James Coleman (1990). Inspirando-se em Weber (em particular no escrito *A ética protestante e o espírito do capitalismo*) e adotando os pressupostos do individualismo metodológico, este modelo sustenta que o objetivo primordial da sociologia (ou seja, seu primado teórico) é a explicação dos fenômenos macro-estruturais, mas o primado analítico-explicativo pertence ao nível micro-subjetivo. Consequentemente, cabe à sociologia, através da redução analítica, estabelecer os micro-fundamentos da realidade social.

O modelo de múltiplos níveis procura traduzir esta ideia em um esquema no qual localizamos três passos chaves. O primeiro deles constitui a *lógica da situação* (sequência macro-micro), cujo foco reside em estabelecer as condições objetivas nas quais se encontram os atores sociais, bem como sua percepção subjetiva desta mesma situação. O segundo passo consiste na análise da *lógica da ação* (sequência micro-macro) e na investigação das linhas de ação ou critérios de escolha adotados pelos atores em suas condutas sociais. O terceiro passo - denominado *lógica da agregação e da transformação* - realiza a passagem do nível micro para o

nível macro e investiga quais os mecanismos responsáveis pela agregação das ações sociais, bem como as regras de transformação que nos permitem esclarecer seus efeitos sobre o nível macro-estrutural. Este modelo é representado como segue:

Figura 1 - O modelo básico de explicação sociológica



Fonte: Esser (1999, p. 17).

Fundamental para o modelo de múltiplos níveis é que o *Explanandum* está situado no nível macro, mas o *Explanans* deve ser procurado no nível micro, ou seja, fenômenos macro-coletivos possuem sua explicação última no nível micro-individual. Isto não nos impede nem de considerar quais os efeitos do nível macro sobre o nível micro e nem os efeitos da lógica individual sobre a lógica coletiva. Por essa razão podemos afirmar que a proposta de Esser situa-se naquela versão do individualismo metodológico denominada de “individualismo estrutural” (cujas raízes estão em Max Weber e Karl Popper, como explica Udehn (2002)) e que, ao contrário do “atomismo”, não reduz o universo social apenas ao plano dos atores mesmos e suas interações, considerando fenômenos coletivos como meras ficções terminológicas (caso de Friedrich Hayek, por exemplo).

Até este momento poderíamos retomar a alegação já feita de que o esquema de Esser nada mais é do que uma sistematização dos pressupostos já existentes no individualismo metodológico da escolha racional. Não obstante, não se poderia desconhecer o quanto o autor produziu um estoque de conhecimento que aprofunda cada uma das lógicas ou momentos da análise sociológica acima delineadas. É no modo como ele redefine, em seus

detalhes, cada um desses momentos que reside, a meu ver, a especificidade e importância de sua proposta. Cada um destes momentos ou lógicas foi sendo refinado e aperfeiçoado à medida em que o autor enfrentou as críticas ao seu ambicioso projeto, como mostro doravante.

Em relação ao primeiro momento, é importante destacar o fato de que Esser distingue entre a dimensão “objetiva” e “subjetiva” da *lógica da situação*. Enquanto a dimensão objetiva refere-se às condições representadas pelas oportunidades materiais, regras institucionais e padrões culturais, a dimensão subjetiva diz respeito à percepção, expectativas e avaliações dos atores sociais. Consequentemente, a lógica da situação compreende tanto uma dimensão sistêmica (lógica do observador) quanto uma dimensão hermenêutica (lógica do ator). A dimensão objetiva da lógica da situação poderia ser também resumida nos termos “interesses”, “instituições” e “ideias”, trilogia que ficou famosa na sociologia alemã a partir de M. Rainer Lepsius (1990).

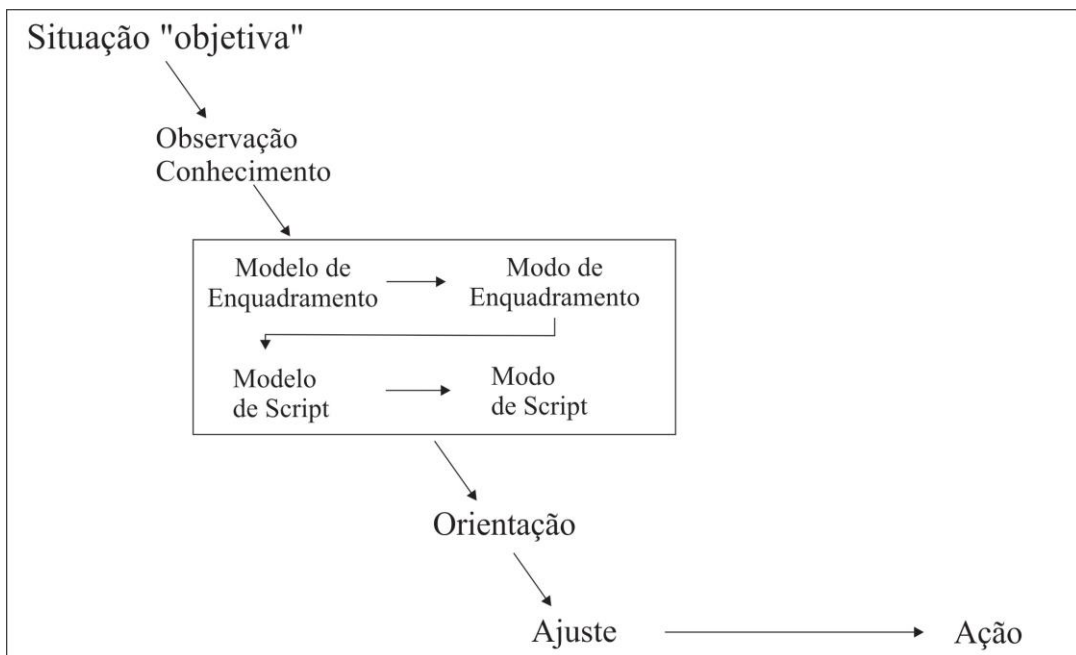
Em termos sintéticos, trata-se da busca dos atores pelo controle dos recursos sociais disponíveis no contexto de um certo ordenamento institucional [regras] e determinado quadro cultural [significados simbólicos] e, não menos importante, sua própria identidade. Ambos os elementos são os componentes objetivos da dimensão macro-estrutural do esquema de Esser e, frente a eles, os atores calculam suas preferências e confrontam-se com oportunidades e restrições. Porém, mais importante do que isso é como o ator social percebe, define e avalia esta situação, momento em que Esser recupera o conhecido teorema de Thomas que afirma que “se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas conseqüências” (THOMAS; THOMAS, 1928, p. 572). A definição da situação constitui o modo como os atores orientam-se mentalmente frente às estruturas dadas, ou seja, como a interpretam, mas isto já nos leva para outro ponto, permitindo-nos abordar a ligação que existe entre o plano macro e o plano micro da análise sociológica.

Para contemplar a dimensão hermenêutica-subjetiva da lógica da situação, Esser elaborou o que chamou de teoria do *Frame Selektion* [Seleção de Frames]. Por *frame*, ele se refere a um conjunto de modelos ou repertórios de percepção da realidade codificados culturalmente. O *frame* implica o modo como o ator define a situação na qual se encontra e estabelece para ele um código de preferências. Mas ele, isoladamente, não é o elemento determinante da ação e nem pode ser com ela confundido; pois, neste caso, já estamos falando de um *script*. Um *script*, de modo similar ao *frame*, descreve um certo padrão de ação e pode ser compreendido como um programa de

conduta no interior de um determinado *frame*. Tanto o *frame* quanto o *script* podem ser escolhidos de duas maneiras, dado que o ator social pode guiar-se pelo modo *espontâneo-automático* [As-Modus] quanto o *modo calculista-reflexivo* [rc-Modus] de cada um deles.

Em princípio, o ator social tende a ajustar-se a situação objetiva ativando um estoque de conhecimento já dado (sem pesar as consequências), mas também é possível que ele selecione um *frame* calculista-reflexivo, ou seja, acionando o modelo do maximizador de preferências (pesando as consequências das suas escolhas). Este processo envolve ainda uma segunda escolha, pois a compreensão da situação [*frame*] não determina qual o *script* de ação será adotado. Tendo escolhido um *frame* espontâneo-automático [situação conhecida], por exemplo, ele pode perfeitamente adotar um *script* calculista-reflexivo, dando mais ênfase ao cálculo do que às consequências. O inverso também é possível, ou seja, é possível adotar um *frame* calculista reflexivo e um *script* espontâneo-automático. A última alternativa, é claro, consiste em adotar o mesmo modo de escolha tanto em relação ao *frame* quanto em relação ao *script*, mantendo a congruência entre eles. É o que mostra o esquema abaixo:

Figura 2 - O processo de enquadramento



Fonte: Esser (1999, p.165)

Consideremos agora o segundo momento da análise sociológica: a *lógica da ação*. Atingimos assim o núcleo desta teoria, pois no individualismo metodológico a sequência micro-micro constitui o fundamento explicativo último do processo social. Nesta dimensão, Esser adota como referência a *teoria da avaliação subjetiva de expectativas* [em alemão, *Wert-Erwartungstheorie*], assim descrita:

Em primeiro lugar, assume-se que toda ação é uma seleção, ou seja, uma decisão e uma escolha entre *alternativas*. Em segundo lugar, pressupõe-se que uma vez selecionado um determinado tipo de ação, ela carrega consigo *consequências*. Em terceiro lugar, temos que estas consequências podem ser percebidas de forma diferente por cada ator, quer dizer, elas podem ser vistas, em diferentes graus, como positivas, negativas ou mesmo neutras. Por isso, as consequências possuem *pesos* distintos. Em quarto lugar, as consequências da ação realizam-se de acordo com diferentes graus de probabilidade, concebidas pelo próprio ator como *expectativas*. As alternativas, passam, em quinto lugar, a ser *avaliadas*: elas são pesadas de acordo com determinadas regras. É a este processo de avaliação de alternativas que denominamos “expectativa de utilidade”. Podemos também chamá-lo de peso WE [*Wert-Erwartung* - expectativa de valor] ou EV, em inglês „expected value“ ou „expected utility“ ou outras expressões que remetem sempre a a ideia de que as expectativas são pesadas em função de valores ou avaliações. Por fim, em sexto lugar, admite-se que este processo conduz a uma *seleção*, realizada em função da alternativa que, após ter sido avaliada e pesada, alcançou, em relação as demais, o valor WE ou EU máximo (ESSER, 2000a, p. 248).

Esses seis pontos são resumidos por Esser por uma fórmula segundo a qual a expectativa de utilidade [EU - *Expected utility*] de uma alternativa de ação [A - *Action*] é o produto da multiplicação entre a Utilidade [U - *Utility*] que o ator, - tendo em vistas as consequências supostas da ação [O - *Outcomes*] - pela avaliação subjetiva que ele faz sobre a efetivação de suas possibilidades [p - *Possibility*]. Assim, temos que:

$$EU (A) = p.U (O).$$

No caso de existir mais de uma alternativa, temos então que:

$$EU (A1) = p11.U (O1) + p12.U (O2) + p13.U (O3) + p14.U (O4)$$
$$EU (A2) = p21.U (O1) + p22.U (O2) + p23.U (O3) + p24.U (O4)$$

Contudo, não é apenas no plano macro-micro [*Framing e Selektion*] e no plano especificamente micro da teoria da ação que o trabalho de Esser é inovador, mas também na outra ponta do discurso sociológico, ou seja, em relação ao modo como ele teoriza a transição do nível micro para o nível macro [*Lógica da agregação e da transformação*]. Não é de hoje que a grande objeção que se dirige ao individualismo metodológico é que ele só conseguiria explicar a emergência de fenômenos estrutural-coletivos como reflexo da agregação de condutas individuais, ou seja, como um compósito das intenções subjetivas. Mas, ao distinguir entre a 1) agregação, por um lado, e entre 2) as condições e 3) os mecanismos de transformação, por outro, Esser contribui para lançar luzes sobre a difícil tarefa de entender os reflexos não intencionais das condutas sociais.

Através dessa diferenciação analítica, o autor pretende identificar as causas das transformações de ações individuais em efeitos coletivos. No ponto de partida encontramos uma determinada *constelação* de atores que, primeiramente, precisa ser analiticamente descrita. Segue, então, a explicitação de *condições* que possibilitam esta transformação, caso das regras institucionais. Os *mecanismos* de transformação, por sua vez, dizem respeito à forma deste processo de mudança. Em seu conjunto, Esser tenta modelar todo um conjunto de regras de transformação que governam a passagem do individual ao coletivo. Todavia, os críticos são bastante unânimes em afirmar que, apesar do ganho obtido, o autor não avançou muito no detalhamento dessas regras e mecanismos, ficando suas observações a esse respeito bastante rarefeitas. Trata-se da dimensão mais subtematizada de seu esquema teórico. A formalização gráfica deste terceiro momento do modelo de Esser pode ser visualizada como segue:

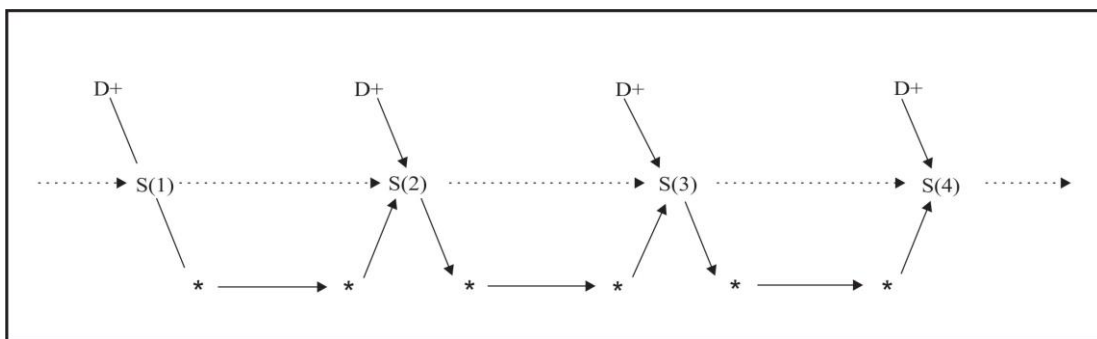
Figura 3 - O padrão básico da transformação dos efeitos individuais em fenômenos coletivos



Fonte: Esser (2000a, p.18).

Por fim, cabe dizer ainda que o modelo de Esser, longe de estático, preocupa-se também em formalizar os processos de mudança social. Sob o aspecto dinâmico, a transformação social é representada pela sequencialização do modelo *macro-micro-macro*, implicando, novamente, que tais mudanças ocorrem a partir dos seus micro-fundamentos. Fatores exógenos ou contingentes, representados pela letra D, conferem a seguinte imagem ao esquema diacrônico de Esser:

Figura 4 - A explicação sociológica dos processos sociais



Fonte: Esser (1999, p. 18)

Dois Dilemas da Teoria Sociológica: a Síntese Encontrada?

O vigoroso marco teórico desenvolvido por Hartmut Esser desencadeou uma avalanche de discussões que nem de longe poderei comentar aqui (GRESHOFF; SCHIMANK, 2006). Em vez disso, concentro-me em dois aspectos de seu modelo que tocam em problemas que julgo fundamentais no campo da teoria sociológica atual. O primeiro diz respeito à dimensão *micro* propriamente dita e nos remete ao conflito entre duas estratégias diferentes de teorização das condutas individuais: a teoria da ação e a teoria das práticas sociais. O segundo problema vai além do âmbito interativo para tocar diretamente no problema do modo de *articulação entre o macro e o micro* e pode ser resumido em torno da seguinte pergunta: a teoria da ação e a teoria dos sistemas são modelos teóricos que podem ser combinados? Ao revisar alguns dos argumentos críticos contra Esser, demonstro quais são as dificuldades e os desafios com os quais, em relação a estes pontos, a teoria sociológica está confrontada. Os limites da tentativa de Esser e os problemas que sua síntese teórica não superou podem nos ensinar lições importantes a este respeito.

a) Ação social ou prática social?

Conforme apontou Alfred Schütz, (2004) a tentativa de explicar as causas das ações sociais costuma recorrer a duas fórmulas distintas: ou se parte do passado e privilegiam-se os “motivos por causa de” [*Weil Motive*] ou se parte do futuro e privilegiam-se os “motivos para” [*Um zu Motive*]. Essa distinção, contudo, não é tão nova assim e já podemos encontrá-la implícita na obra de Max Weber, não por acaso, um dos interlocutores privilegiados de Schütz. Na acepção de Weber (2013), os móveis de ação são tipificados em dois grandes grupos. No primeiro deles, os atores movem-se por objetivos conscientemente formulados, seja na forma de interesses [*Zweckrational*], seja na forma de valores [*Wertrational*]. No segundo grupo, que parece possuir um caráter residual, estão as ações *semiconscientes*, seja porque desencadeadas por reações espontâneas (ainda que tais ação afetivas possam ser sublimadas, ou seja, racionalizadas), seja porque elas são explicadas por “hábitos arraigados” [ação tradicional]. Apesar de conferir prioridade analítica à razão, tendo em vista que seu esquema supõe uma escala de racionalidade decrescente, Weber não nega que a maioria das nossas ações cotidianas se aproxima justamente do último tipo de ação, que é tradicional. Mas mesmo que ele tenha advertido que a sociologia precisa evitar todo tipo de “preconceito racionalista” (WEBER, 2013, p. 23), empregando-se a grade de Schütz, temos que os dois tipos racionais de Weber constituem *Um Zu motive*, enquanto os dois últimos podem ser lidos como *Weil motive*.

Max Weber (2013) é considerado o protótipo da tradição sociológica que busca explicar a conduta social a partir do conceito de *ação social*. Isso porque ele forneceu para a teoria sociológica o critério decisivo para distinguir entre comportamento psíquico-orgânico [*Verhalten* = comportamento] e ação social [*Handlung* = ação], a saber, o atributo da “intencionalidade”. Praticamente toda tradição filosófica posterior a Weber, ao se debruçar sobre o tema da ação, verá na intencionalidade a sua marca decisiva. É o que faz, por exemplo, o filósofo Donald Davidson (1963, p. 686) quando sustenta que “para compreendermos como uma razão de qualquer tipo racionaliza uma ação é necessário e suficiente que observemos, pelo menos num contorno essencial, como construir uma razão primária”. E ele acrescenta: “a razão primária para uma ação é sua causa.”

Mas, o que a linha teórica centrada no conceito de ação nunca teve foi uma compreensão unificada dos tipos de agir social. Usando novamente Max Weber como parâmetro, não seria exagerado sustentar que seus dois modelos racionais de ação - baseadas em interesses ou valores - ainda são os

melhores guias para entender as duas principais matrizes de compreensão da ação que dominaram o discurso sociológico do pós-guerra (para um balanço, veja-se MIEBACH, 2014). A primeira matriz, que pode ser sintetizada pela expressão *homo economicus*, tem como sua principal representante a teoria da escolha racional. A segunda matriz, que designo com a expressão *homo symbolicus* [em vez da tradicional designação de *homo sociologicus*], encontra seus principais representantes na teoria de Parsons e na tradição microssociológica. Vejamos cada uma delas separadamente.

A teoria da escolha racional, ao contrário da ciência política, encontrou muito pouca acolhida no cenário sociológico brasileiro e não raro é apresentada de modo caricato. Evitando a falácia do espantalho, sirvo-me de Norman Braum (2009) para acentuar o fato de que existem diversas versões da teoria da *rational choice*. Uma primeira são as teorias utilitaristas que adotam a premissa da racionalidade limitada e paramétrica [na qual o agente não dispõem de todas as informações e o contexto é considerado constante]. Esse grupo pode ser dividido ainda em três variantes, a depender de como o contexto da ação é considerado. Em condições de *segurança*, a maximização dos ganhos é pensada enquanto escolha de alternativas efetuada em condições restritivas. Já em condições de *risco*, a maximização de ganhos ocorre através da escolha de alternativas em condições objetivamente restritivas que são efetuadas a partir de expectativas de utilidade objetivamente dadas.

Por fim, em condições de *completa incerteza*, a racionalidade paramétrica implica maximização de ganhos através da escolha de alternativas feitas em condições objetivamente restritivas, mas estas escolhas são efetuadas a partir de expectativas de utilidade subjetivamente avaliadas. Ao lado dessa primeira variante, Braum situa ainda uma segunda versão formada pela teoria dos jogos, incluindo situações cooperativas e não cooperativas, ou seja, neste caso existe interação entre os atores. Mas, mesmo respeitadas estas distinções e sem prejuízo de sua complexidade interna, é fácil reconhecer que a teoria da escolha racional repousa sobre os elementos básicos do que Weber denominou de *ação racional com relação a fins*, implicando na eleições de fins e meios, a compatibilização entre ambos e o cálculo das consequências das escolhas.

Em oposição a matriz do *homo economicus* temos também a matriz do *homo symbolicus*, cujo melhor representante me parece ser Talcott Parsons. Partindo inicialmente de Max Weber, tal pensador (PARSONS, 2010) tentou uma solução diferente deste, reduzindo a teoria da ação a um único modelo

composto de quatro variáveis: 1) ator, 2) uma situação dada, 3) os fins buscados e 4) os padrões normativos de seleção (tanto de fins quanto de meios). Em suas fases posteriores, o sociólogo americano radicalizou ainda mais esse viés simbólico-normativista, pois é o sistema cultural, com seus valores últimos, depois traduzidos, através dos processos de socialização, na institucionalização e internalização em normas e papéis [no sistema social], bem como em motivações [no sistema da personalidade], que tem o papel decisivo na estabilização da vida social (PARSONS, 1951). Mesmo as escolas que, em reação ao holismo sistêmico de Parsons, priorizaram a dimensão microssociológica da vida social [interacionismo simbólico, fenomenologia e etnometodologia] acabaram por reproduzir, apesar disso, a compreensão normativista da ação, aqui entendida como aquela matriz que busca explicá-la a partir das referências simbólico-valorativas. Nestas últimas vertentes as ações são concebidas como processos de comunicação inter-subjetiva e o próprio processo social é reduzido, em última instância, a uma estrutura simbólica mutuamente produzida, mantida e reproduzida nas ações sociais.

A partir de meados dos anos 70, o já dividido edifício das teorias da ação começou a ruir e a ser desafiado por uma nova estratégia teórica de explicação dos padrões de intercâmbio social em nível micro: a teoria das *práticas sociais*. De meu ponto de vista, foi principalmente Pierre Bourdieu e seu conceito de *habitus* o responsável pela introdução dessa nova forma de pensar a conduta social na sociologia. Não há acordo entre os especialistas sobre a real origem deste conceito em Bourdieu e, apesar de ele atribuir sua gênese a Erving Panofsky, não são poucos os que apontam seu uso por parte de Norbert Elias (KORTE, 1997), sem contar as ocasiões em que a expressão é empregada por Max Weber. Independente da sua origem, dois são os alvos que o conceito de *habitus* persegue. Por um lado, Bourdieu deseja superar o dilema constitutivo da sociologia, a saber, a dicotomia indivíduo e sociedade, tendo em vista que o hábito representa uma síntese entre a dimensão subjetiva-voluntarista e a dimensão estrutural-determinista da vida social. Sendo anterior a prática social propriamente dita, o *habitus* é concebido tanto como internalização da exterioridade quanto como externalização da interioridade. Conforme a famosa definição de Bourdieu (2009, p. 87):

Habitus (são) sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores das práticas e de representações que podem ser objetivamente

adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente reguladas e regulares sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizada de um maestro.

Existe ainda um segundo alvo perseguido por Bourdieu e este consiste em superar o entendimento da ação como pretensão [cálculo futuro] para concebê-la como propensão, ou seja, explicá-la a partir do passado (socialização). A dimensão estratégica passa, assim, a ser concebida como habilidade inscrita no habitus. Conforme atestam seus críticos, ao fazer tal escolha, Bourdieu acabou por restringir a reflexividade ao âmbito do sociólogo, retirando tal atributo dos atores sociais, desta feita confinados nas raias da pré-reflexividade e do ajustamento quase espontâneo às regras do jogo. Essa crítica é confirmada mesmo pelos discípulos mais recentes de Bourdieu, como Bernard Lahire (2002), que reconhece que na teoria do habitus a balança entre futuro e passado resolve-se a favor deste último.

Com Bourdieu, o conceito de prática social entra definitivamente no vocabulário sociológico, desafiando a hegemonia da teoria do ator social e seu pressuposto da intencionalidade. Mas, ele não é a única fonte dessa abordagem sociológica, hoje cada vez mais em voga. Outra raiz importante é o pragmatismo que terá seu primeiro grande desaguadouro na sociologia com a etnometodologia de Harold Garfinkel. Também não podemos esquecer do pós-estruturalismo, em particular de Michel Foucault, e da ideia de práticas discursivas. Anthony Giddens é outro pensador que toma o conceito de prática social como centro de sua teoria da dualidade da estrutura, ainda que, a meu ver, ele não seja totalmente preciso quanto ao modo como a ação (que é intencional), a agência (que significa a capacidade de agir) e, por fim, as práticas sociais, que dizem respeito a rotina, são combinadas na análise.

Se a marca decisiva da teoria da ação social (seja ela concebida como escolha racional ou como ação simbólico-normativa) é a intencionalidade, qual é o traço teórico distintivo da teoria da prática social? A reflexão mais sistemática que, até agora, podemos achar a esse respeito, é, a meu juízo, aquela apresentada por Andreas Rechwitz (2002). Para esclarecer quais são os fundamentos dessa teoria que, até agora, ele mesmo ainda julga frágeis, começa-se por distinguir três grandes paradigmas sociológicos: o paradigma do *homo economicus* (que corresponde, grosso modo, ao individualismo

metodológico da escolha racional), o paradigma do *homo sociologicus* (que inclui principalmente a teoria normativa de Parsons e as microsociologias) e, por fim, a vertente do *homo culturalis*. Essa classificação nos fornece, portanto, uma primeira resposta para a pergunta sobre a natureza teórica do conceito de práticas sociais: tratar-se-ia de uma teoria que concebe a realidade social como fenômeno estruturado simbolicamente. Mas, esta é somente metade da resposta, pois a teoria das práticas sociais representa apenas uma modalidade possível no interior do paradigma cultural, já que esta vertente inclui ainda as concepções mentalistas, textualistas e inter-subjetivistas de cultura. Frente a estas alternativas, o conceito de prática social é definido como “um tipo rotineiro de comportamento que consiste em vários elementos, interligados entre si: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, ‘objetos’ e seu uso, um conhecimento de fundo na forma de compreensão, *know-how* [saber fazer], estados emocionais e conhecimento motivacional” (RECHWITZ, 2002, p. 249).

O futuro ou o passado, a intencionalidade de um lado e o comportamento rotinizado de outro: qual é a unidade básica de observação no nível micro de análise sociológica? Como ultrapassar estas alternativas excludentes? Ao distinguir entre um script de ação *reflexivo* e outro *rotinizado*, Esser nos oferece uma interessante solução para esse dilema sociológico. Não se trata, para ele, de adotar apenas um ou outro ponto de vista, excluindo a versão contrária, quer seja a ação, quer seja a prática. Ele também não adota uma escala hierárquica (como em Weber) colocando uma alternativa acima da outra, quer dizer, priorizando uma delas [a ação racional] e considerando as outras como casos desviantes. Por fim, como em Parsons, as duas visões não são consideradas como elementos de um único modelo de ação que seria simultaneamente reflexivo e rotinizado. Fugindo de todas estas soluções, Esser transforma o *script reflexivo* e o *script rotinizado* em alternativas à disposição dos atores sociais. Dessa forma, acredita ele, logra-se uma síntese ou integração entre os dois modelos, fugindo tanto dos reducionismos quanto da hierarquização.

Estaria a grande disjuntiva sociológica entre passado e futuro, “motivos para” e “motivos por quê”, intencionalidade e rotina, reflexividade e pré-reflexividade, finalmente resolvido? Bastaria colocá-los lado a lado, como dois blocos em separado, ambos igualmente à disposição do ator social? Ocorre que nem mesmo Esser opta por esta pseudo-solução, pois os *frames* e os *scripts*, sejam eles reflexivos ou rotinizados, são modelos que estão como que armazenados na lógica da situação. Ainda que ele os considere

como um elemento hermenêutico-subjetivo, eles estão inscritos no contexto macro-micro da análise sociológica e ainda não estão localizados na dimensão especificamente microsociológica, ou seja, na dimensão micro-micro. Dito de outra forma, o *script de ação rotinizado* ou *reflexivo* não pode ser considerado uma teoria da ação social. No quadrante micro-micro do esquema de Esser o que temos, na verdade, é a teoria da expectativa valorativa. No final das contas, a base do modelo é o clássico ator maximizador de preferências [*homo economicus*] da teoria da escolha racional.

A conclusão é que, mais do que uma integração de duas estratégias rivais, pensadas como blocos de possibilidades, o que Esser nos oferece é um modelo no qual eles estão acoplados a um fundamento anterior, pois ele precisa recorrer a um mecanismo que explica porque o ator social opta pelo *script rotinizado* ou pelo *script reflexivo*. Note-se que na teoria de Esser a maximização de preferências aparece duas vezes: ela é considerada um tipo de *frame* e de *script* e, ao mesmo tempo, constitui a razão de ser das escolhas por uma modalidade ou outra deles. Não há como negar que há uma clara precedência dessa estratégia analítica em sua teoria.

Conforme bem detectou Albert (2016), a incapacidade de Esser em harmonizar dois modelos antagônicos de explicação sociológica da conduta social resulta da concepção nomológica de ação assumida pela teoria da escolha racional. Ao pretender uma teoria geral da ação, tal vertente desemboca em uma concepção unitária e monolítica, acabando por anular a possibilidade de se pensar na pluralidade de lógicas de ação. Apesar dos avanços, nem mesmo Esser escapou dessa armadilha.

b) Ação e sistema como *link* micro-macro?

Um dos elementos que mais chamou a atenção dos críticos de Hartmut Esser foi sua tentativa de absorver no modelo sociológico explicativo de múltiplos níveis o conceito de sistema. Trata-se de uma categoria com uma importante trajetória sociológica e que nos remete sempre ao nível macro de análise, quer dizer, ao nível transindividual. A grande pergunta que se coloca quando esta categoria é assumida no discurso sociológico é: quais as consequências desta opção teórica para o nível micro da análise, ou seja, qual é o correspondente do conceito de sistema no nível subjetivo? A relação entre o conceito de ação e o conceito de sistema não é unívoca e em relação a este problema podemos achar três soluções clássicas, cada uma delas refletindo diferentes desenvolvimentos históricos deste conceito na sociologia do pós segunda-guerra. O primeiro

destes momentos está ligado ao nome de Talcott Parsons e a sua estratégia é *explicar a ação a partir dos sistemas*. Com Niklas Luhmann essa estratégia será radicalizada levando a *substituição* da categoria ação pela categoria sistema, em outros termos, pela completa eliminação do conceito de ação do horizonte da sociologia. Finalmente, com Jürgen Habermas, a prioridade do nível sistêmico sobre o nível da ação (seja de forma relativa/Parsons, seja de forma absoluta/Luhmann) será quebrada, buscando-se uma *conciliação* entre as duas abordagens. Dada estas diferenças todas, fica no ar a derradeira indagação: por que ação e sistema são conceitos tão difíceis de serem combinados? O que há de tão problemático nesta articulação?

Boa parte da dificuldade em achar uma síntese possível entre ação e sistema já pode ser localizada no ponto de partida dessa tentativa de junção, ou seja, ela já pode ser localizada na obra de Talcott Parsons. Observando a carreira intelectual deste autor, fica claro que ele passa de um extremo ao outro: ele começa na ação para desembocar no sistema. Se na sua primeira grande síntese teórica Parsons tentou formular uma teoria voluntarista da *ação*, o fato é que na fase final ele acabou em uma teoria dos *sistemas* de ação, ou mais precisamente, no exato momento em que ele introduz o conceito de sistema no seu quadro teórico, a ação perde a prioridade explicativa. Sob certo aspecto, esse reducionismo explicativo já estava contido no seu modelo voluntarista, pois nos elementos do “*sistema* (sic!) de ação” de 1937 os padrões normativos já tinham um papel preponderante, pois fins e meios eram selecionados a depender dos *standards* valorativos.

Essa foi a porta aberta para que, uma vez introduzidas as variáveis sistema biológico, sistema da personalidade e sistema cultural no seu esquema, Parsons acabasse, novamente, conferindo prioridade a este último. Esta solução provisória, que ainda vamos achar na fase intermediária de seu pensamento, só foi amadurecida definitivamente em 1950 na chamada teoria sistêmico-funcionalista. Na versão acabada de sua teoria (PARSONS, 1951; 1969) encontramos quatro *sistemas* de ação, cada um deles responsáveis pelo cumprimento dos seguintes requisitos funcionais: *Adaptation* [sistema biológico], *Goal-attainment* [Sistema da personalidade], *Integration* [sistema social] e *Latency* [sistema cultural]. O sistema social, por sua vez, objeto primário da sociologia, sub-divide-se, seguindo os mesmos requisitos funcionais, em sistema econômico [A], político [G], jurídico [I] e comunitário [L].

O que a *grand Theory* de Parsons parece revelar é que, uma vez adotada pela sociologia, a categoria sistema arrasta a teoria sociológica na direção do holismo metodológico, ou seja, a natureza da categoria implica *necessariamente* prioridade explicativa do nível macro sobre o nível micro. Essa já seria uma razoável dificuldade para Harmut Esser, levando-nos a perguntar o que a categoria sistema está fazendo em um esquema teórico que se pretende da família do individualismo metodológico da escolha racional. Mas antes de passar a este autor, que é nosso foco principal, temos que passar ainda por Niklas Luhmann (1984). Isso porque a segunda fase da teoria dos sistemas parece confirmar nossa principal suspeita, já que a versão de Luhmann simplesmente expulsa qualquer rastro de ação da sociologia.

Não que Luhmann rejeite a distinção entre nível micro e nível macro, representadas, respectivamente, pelo sistema psíquico e pelo sistema social. No entanto, para ele o sistema social é considerado um sistema emergente, ou seja, seus elementos e suas operações internas são independentes do que acontece no nível psíquico. Consequentemente, enquanto o sistema psíquico constitui-se a partir da consciência, o sistema social é composto por comunicações. Para Luhmann, aceitar a categoria ação e, pior ainda, explicar o social e partir do nível micro (como faz o individualismo metodológico) significaria, ao final, explicar o sistema social pelo sistema psíquico, reduzindo o primeiro ao segundo. Por essa razão, acredita ele, a sociedade não pode ser concebida como a totalidade dos indivíduos reunidos no espaço do Estado-nação, mas apenas como um sistema autopoietico de comunicações que incluem a informação, sua transmissão e sua compreensão, e não os indivíduos e suas ações. É a comunicação, e não a consciência, o elemento social por excelência, portanto, o objeto primário da sociologia.

Para os críticos (SCHWINN, 2010), a radicalização holista de Luhmann apenas confirma a tese de que o conceito de sistema, em si mesmo, não é compatível com a ideia de ação. Por esse motivo, Luhmann representa, no fundo, a realização mais consequente das premissas epistemológicas da teoria dos sistemas. Em outras palavras, ação e sistema são alternativas excludentes e há que escolher um ou outro: entre estas duas visões metodológicas não há acordo possível. Todavia, esta não é convicção de Jürgen Habermas (1981) que, à despeito do seu longo debate com Niklas Luhmann, acabou adotando a categoria sistema em seu esquema sociológico. Na teoria habermasiana a sociedade está dividida em dois níveis: o mundo da vida e o sistema. Ao integrar estas duas estratégias conceituais [a fenomenológica e a sistêmica], Habermas tenta dar sua

resposta para a divisão micro e macro [que ele denomina de perspectiva do ator e perspectiva do observador] e para a disjuntiva entre integração social e integração sistêmica.

A grande novidade desta tentativa está no fato de que, diferente de Parsons, Habermas não submete unilateralmente a ação ao sistema, dado que ele localiza duas formas diferentes de ação, a depender do contexto de análise. Enquanto ações realizadas no âmbito do sistema são designadas *estratégicas* (seguindo uma lógica utilitarista), as ações perfiladas a partir do mundo da vida são designadas *comunicativas* (seguindo a lógica do entendimento). Para Habermas, o sistema explica apenas *um* tipo de ação, enquanto a forma comunicativa precisa ser remetida ao mundo da vida. Como notaram seus críticos (SCHLUCHTER, 2005), Habermas não oferece qualquer explicação satisfatória para entender como micro e macro são mutuamente constitutivos. Longe de oferecer uma síntese, os tipos de ação, sejam estratégicos ou comunicativos, acabam vinculados ao contexto no qual se desenrolam.

Após esta longa série de problemas, o que leva a que justamente um individualista metodológico recorra à noção de sistema para inseri-lo no seu edifício teórico? Trata-se, na verdade, de uma utilização auxiliar, mas, seguindo as célebres distinções desta vertente, Esser situa o sistema cultural e social no nível macro e o sistema da personalidade [enquanto identidade] no nível micro. Isso significa que cada uma destas referências possui propriedades sistêmicas. Ele concorda com a formulação luhmanniana de que estes sistemas sociais e psíquicos devem ser distinguidos, mas sem negar sua co-constituição. No caso do nível macro, a ideia de sistema acaba sendo introduzida especialmente no momento em que Esser, ao estilo de Luhmann, se refere aos *frames* e os *scripts* como códigos binários. É nesse sentido que eles são considerados sistêmicos. Sistemas sociais, por sua vez, referem-se a interações e papéis sociais. No caso do nível micro, Esser (2000a, p. 59) entende que os atores sociais, os portadores das ações, devam ser concebidos como sistemas psíquicos. Como tal, eles não são concebidos como unidades reais, mas como construções analíticas. Em um segundo sentido, Esser (2000b, p.293) também entende que sistemas psíquicos, mais do que portadores abstratos das ações sociais, são constituídos por operações internas, como pensamentos, avaliações, emoções e consciência.

Diferente da tentativa de harmonizar ação e prática, ou racionalidade e rotina, o que constitui, pelo menos, a tentativa de resolução de um dilema sociológico, a utilização da terminologia sistêmica por parte de

Esser é bem mais problemática. Não só existem imprecisões conceituais, como ele acaba realizando uma amálgama pouco clara entre a ideia de sistema em Parsons e em Luhmann. Mais do que solucionar alguma questão, a inserção tópica do conceito de sistema no esquema macro-micro apenas cria novas dificuldades.

Considerações Finais

Meu interesse por Hartmut Esser vai muito além do fato de que ele representa uma versão particular do conjunto da teoria da escolha racional. O que julgo interessante neste autor é que ele se afasta da estratégia dominante no campo da teoria social contemporânea, chamada por Alexander (1987) de novo movimento teórico. Mais do que uma *síntese* entre tradições, os intérpretes da teoria de Esser (GRESCHOFF; SCHIMANK, 2006) destacam que ele nos oferece um modelo *integrativo*. Não se trata, como em Anthony Giddens (2003) ou Margaret Archer (2005), de buscar uma síntese entre macro e micro. Sem medo de adotar a postura individualista, Esser utiliza o modelo macro-micro-macro como uma plataforma a partir da qual outras teorias acabam sendo absorvidas e como que encaixadas, de modo a se eliminar as oposições excludentes.

Conseqüentemente, as estratégias de superação dos unilateralismos sociológicos são mais complexas e diversificadas do que imaginado por Alexander e não seguem necessariamente o caminho do meio: a eterna síntese entre o objetivo e o subjetivo. Para dizê-lo, novamente: mais do que uma síntese de contrários, trata-se de uma integração do diverso no uno, neste caso, representado pelo individualismo metodológico e seu esquema de múltiplos níveis (macro-micro-macro). Percebendo-se esta particularidade não só ganhamos maior inteligibilidade em torno dos modos de fazer teoria sociológica contemporânea, como também somos levados a nos perguntar se existe na tradição sociológica algum paradigma capaz de servir como plataforma para receber, de braços abertos, perspectivas teóricas aparentemente rivais.

Embora as críticas ao trabalho de Esser sugiram que não, há ainda um segundo motivo pelo qual o acompanhamento crítico dessa tarefa me parece relevante. A pesquisa desse autor adentra naqueles que podem ser considerados alguns dos principais dilemas da teoria sociológica atual. Assim, longe de estar desprovida de “mistérios” a serem solucionados, colocando em dúvida a legitimidade do empreendimento teórico em sociologia, entendo que esta área se vê confrontada com agendas que vêm

desafiando, de forma continuada e sistemática, os seus profissionais. Elas constituem “problemas” no sentido mais genuíno do termo e não vejo sinais de esgotamento ou cansaço em torno deles (como VANDENBERGHE, 2009) parece sugerir). O próprio Esser me parece particularmente importante em relação a dois desses problemas.

O primeiro, situado no *nível micro*, diz respeito à oposição entre dois grandes modelos de explicação da conduta social humana: a teoria da ação e a teoria da prática social, cada uma delas priorizando ou a intencionalidade ou a rotina, respectivamente. O segundo desses problemas está situado no nível da articulação entre o *nível micro e macro* e na dificuldade de determinar os modos de ligação entre ambos. Nesse caso, Esser coloca em tela a pergunta sobre a possibilidade de que a teoria dos sistemas possa ser articulada com a teoria da ação. Meu parecer é que, pelo menos até agora, não há razões para a sociologia trocar as virtudes da teoria da ação pela teoria das práticas sociais. Da mesma forma, não há razões convincentes para que a categoria sistema deixe-se integrar com a teoria da ação.

Após ter falado de “estratégias teóricas” e de “agenda de problemas”, entendo, por fim, que a revisão crítica da teoria de Hartmut Esser, além de permitir a circulação de uma versão da escolha racional ainda não conhecida no Brasil (revelando, para além de uma recepção seletiva, a diversidade teórica que hoje existe na Alemanha), tem ainda mais um terceiro motivo para ser considerada teoricamente relevante. Ocorre que, mais do que uma teoria específica, o modelo explicativo de múltiplos níveis, em especial a distinção *macro-micro-macro*, constitui uma plataforma meta-teórica, ou seja, ele pode ser lido e adotado como um esquema geral que permite que a teoria sociológica disponha de algum instrumento comum para discutir, comparar e desenvolver teorias (como argumentam GREVE; ALBERT; SCHÜTZEICHEL, 2008).

O modelo deve ser visto como uma *meta-teoria*, e não com uma teoria entre outras. Portanto, embora ainda não disponhamos de um paradigma capaz de unificar o campo teórico da sociologia, - se é que esta seja uma situação possível e desejável -, dispomos, pelo menos, de uma grade comum de discussão. A distinção macro e micro, mais do que integração social versus integração sistêmica, ainda me parece o melhor candidato para desempenhar este papel. Afinal, já está mais do que na hora de superar o cenário caótico da teoria sociológica contemporânea que, apesar da centralidade de certas agendas e do seu culto aos clássicos, ainda permanece sob o risco de um processo de fragmentação regressivo.

Referências

ALBERT, Gert. Holismo metodológico moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 34, p. 43-76, 2016.

ALBERT, Gert; SIGMUND, Steffen (org.). *Soziologische Theorien Kontroversen*. Wiesbaden: VS-Verl., 2011.

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ARCHER, Margaret. *Realist social theory: the morphogenetic approach*. Cambridge: University Press, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAUM, Norman. Rational choice theorie. In: KNEER, Georg; SCHROER, Markus (org.). *Handbuch soziologische theorien*. Wiesbaden: VS Verlag, 2009. p.395-419.

BUDE, Heinz. Die Charismatiker des Anfangs. *Lebenszeiten*, Basel, p. 407-419, 2002.

COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Harvard: Harvard University Press, 1990.

DAHRENDORF, Ralf. Die drei Soziologien. *Kolner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie - KZfSS*, Wiesbaden, v. 12, p. 120-133, 1960.

DAVIDSON, Donald. Actions, reasons, and causes. *The Journal of Philosophy*, New York, n. LX, p. 685-700, 1963.

ESSER, Hartmut. Die Rationalität der Werte. Die Typen des Handelns und das Modell der soziologischen Erklärung. In: Albert, Gert et al. (org.). *Das Weber-Paradigma*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003. s. 154-188.

ESSER, Hartmut. *Soziologie. Spezielle Grundlagen. Band 2: Die Konstruktion der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2000a.

ESSER, Hartmut. *Soziologie: spezielle Grundlagen. Band 6: Sinn und Kultur*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2001.

ESSER, Hartmut. *Soziologie: allgemeine Grundlagen. Band 1: Situationslogik und handeln*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1999.

ESSER, Hartmut. *Soziologie: allgemeine Grundlagen. Band 5: Institutionen*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2000d.

ESSER, Hartmut. *Soziologie: allgemeine Grundlagen*. Frankfurt am Main; New York: Campus Verlag, 1993.

ESSER, Hartmut. *Soziologie: spezielle Grundlagen*. Band 3: Soziales Handeln. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2000b.

ESSER, Hartmut. *Soziologie: spezielle Grundlagen*. Band 4: Opportunitäten und Restriktionen. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2000c.

FISCHER, Joachin. Philosophische Anthropologie: Ein wirkungsvoller Denkansatz der deutschen Soziologie nach 1945. *Zeitschrift für Soziologie*, Stuttgart, Jg. 35, Heft 5, p. 322–347. 2006.

GIDDENS, Anthony. Elementos da teoria da estruturação. In: GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.1-46.

GREVE, Jens; ALBERT, Gert & SCHÜTZEICHEL, Rainer.. *Das Mikro-Makro-Modell der soziologischen Erklärung: Zur Ontologie, Methodologie und Metatheorie eines Forschungsprogramms*. Wiesbaden: VS, 2008.

GRESHOFF, Rainer; SCHIMANK, Uwe (org.). *Integrative sozialtheorie?: Esser-Luhmann-Weber*. Wiesbaden: VS Verl. für Sozialwiss., 2006.

HILL, Paul (Org.). *Hartmut Essers Erklärende Soziologie: Kontroversen und Perspektiven*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2009.

HONNETH, Axel. *Kampf um Anerkennung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag; 1992.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*, Band 1: Handlungsrationality und gesellschaftliche Rationalisierung; Band 2: Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981.

KNEER, Georg; SCHROER, Markus (org.). *Handbuch soziologische Theorien*. Wiesbaden: Springer VS, 2009.

MOEBIUS, Stephan. *René König und die "Kölner Schule": Eine soziologiegeschichtliche Annäherung*. Wiesbaden: Springer VS, 2015.

MOEBIUS, Stephan. *Soziologische Denkschulen in der Bundesrepublik Deutschland*. Wiesbaden: Springer VS, 2019.

KORTE, H. *Über Norbert Elias: Das Werden eines Menschenwissenschaftlers*. Oplade: Leske/Budrich, 1997.

KRON, Thomas. *Zeitgenössische Soziologische Theorien: Zentrale Beiträge aus Deutschland*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010.

LAHIRE, Bernard. Cena 1: o ator plural. In: LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.17-45.

LEPSIUS, M. Rainer. *Ideen, Interessen und Institutionen*. Opladen, Westdeutschland: Verlag, 1990.

LEPSIUS, M. Rainer. Die Entwicklung der Soziologie Nach dem Zweiten Weltkrieg 1945 bis 1967. In: LÜSCHEN Günther (ed.). *Deutsche Soziologie Seit 1945..* Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1979. p. 25-70. (Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, v. 21).

LUHMANN, Niklas. *Soziale systeme*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984.

LUHMANN, Niklas. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1997.

MIEBACH, Bernhard. *Soziologische Handlungstheorie: Eine Einführung*. 4. ed. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

McCLELLAND, David C. *The achieving society*. Princeton, N.J., Van Nostrand, 1961.

PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969.

PARSONS, Talcott. *The social system*. Glencoe: Free Press, 1951.

PARSONS, Talcott. *A estrutura da ação social*, 2 vols. Petrópolis: Vozes, 2010.

RECHWITZ, Andreas. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, 2002; 5, 243.

SCHUTZ, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*. Konstanz: UVK-Verl.-Ges., 2004.

SCHLUCHTER, Wolfgang. *Handlung, Ordnung und Kultur: studien zum einem Forschungsprogramm in Anschluss an Max Weber*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.

SCHWINN, Thomas. Brauchen wir den Systembegriff? Zur (Un-)Vereinbarkeit von Akteur- und Systemtheorie. In: Albert, Gert, Sigmund, Steffen (Hrsg.). *Soziologische theorie kontrovers*: Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozial-psychologie. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften 2010. S. 447-461.

SELL, Carlos Eduardo; DE PAULA JUNIOR, Josias. A teoria sociológica e o debate micro-macro hoje. *Política & Sociedade, Florianópolis*, v. 15, p. 7-17, 2016.

THOMAS, William I.; THOMAS, Dorothy S. *The child in America*. New York: Behavior Problems and Programs, 1928.

UDEHN, Lars. The changing face of methodological individualism. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 28, p. 479-507, 2002.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Soziologie; unvollendet (1919 - 1920). Tübingen: Mohr Siebeck, 2013. (MWG I/23).

VANDENBERGHE, Frédéric. "Prefácio à edição brasileira: Metateoria, teoria social, teoria sociológica". *Uma historia filosófica da sociologia alemã*. Vol. 1. São Paulo: Annablume, 2009, p.-1-37.